

7. As CCI devem garantir a existência de um regulamento interno até ao termo do prazo referido no número anterior.

8. Os Conselhos de Administração dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde e dos que integrem a rede nacional de prestação de cuidados de saúde devem, no mesmo prazo, garantir a aprovação de um Plano Operacional de Prevenção e Controlo de Infecção.

9. A Direção-Geral da Saúde monitoriza o cumprimento do presente despacho, em articulação com as Administrações Regionais de Saúde, IP e apresenta um relatório de evolução no prazo máximo de dez dias úteis após a conclusão dos trabalhos descritos nos pontos anteriores.

10. O presente despacho entra em vigor a partir da data da sua publicação.

8 de fevereiro de 2013. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Fernando Serra Leal da Costa*.

206763682

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 2903/2013

1. Considerando a proposta da Diretora Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte e o parecer favorável do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., autorizo o exercício das funções médicas em causa pelo aposentado António Manuel da Silva Simões, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, em particular, nos artigos 4.º, 5º e nos números 4 e seguintes do artigo 6.º.

2. O presente despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2013.

13 de fevereiro de 2013. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

206763593

Despacho n.º 2904/2013

1. Considerando a proposta da Presidente do Conselho Clínico do Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal e o parecer favorável do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., autorizo o exercício das funções médicas em causa pela aposentada Maria Isabel Martins Santos Lopes, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, em particular, nos artigos 4.º, 5º e nos números 4 e seguintes do artigo 6.º.

2. O presente despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2013.

13 de fevereiro de 2013. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

206763488

Despacho n.º 2905/2013

O risco em saúde associado à prestação de cuidados de saúde cirúrgicos, levou a Organização Mundial da Saúde a eleger a segurança cirúrgica como o seu segundo desafio para a segurança geral dos cuidados de saúde.

Em Portugal, sob a égide da Direção-Geral da Saúde (DGS), têm sido dadas diretrizes no âmbito de um programa de qualidade relativo à segurança cirúrgica, verificando-se, no entanto, que a implementação deste programa se deparou com algumas dificuldades de implementação, por falha dos sistemas informáticos, e da não inclusão dos registos da “lista de verificação” cirúrgica como prática contratualizada, importando garantir melhores condições para a efetividade do programa de qualidade em causa.

Nesta matéria a Comissão para a Informatização Clínica, tem-se articulado com a Direção Geral de Saúde, tendo esta entidade emitido, uma revisão da Norma que vincula a aplicação da lista de verificação de segurança cirúrgica de acordo com as regras preconizadas no projeto “Cirurgia segura, salva vidas” da Organização Mundial da Saúde através da publicação da Norma n.º 2/2013 de 12/02/2013.

Importa, assim, reforçar o carácter obrigatório da aplicação da referida norma e respetiva lista de verificação em todas as intervenções cirúrgicas nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), impondo-se que os sistemas informáticos locais contemplem estas exigências.

Assim, e sob proposta da Comissão para a Informatização Clínica, determino:

1 — Em todos os hospitais do SNS é preenchida a lista de verificação de segurança cirúrgica nos sistemas informáticos locais devidamente adaptados ou diretamente num formulário na Plataforma de Dados de Saúde, e de acordo com a Norma n.º 2/2013 de 12/02/2013 da Direção-Geral da Saúde.

2 — O diretor do Bloco Operatório é o responsável do programa “Cirurgia segura, salva vidas” perante a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., (ACSS) e a Direção Geral da Saúde (DGS).

3 — A ACSS em articulação com a DGS, acompanha a implementação do projeto “Cirurgia segura, salva vidas”, nomeadamente definindo em sede de contratualização com os Hospitais, Centros Hospitalares e com as Unidades Locais de Saúde objetivos específicos relacionados com este projeto.

4 — A Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., assegura, através da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, as alterações aos sistemas de informação que permitam a correta operacionalização do projeto “Cirurgia segura, salva vidas”, até 15 de março 2013.

5 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

14 de fevereiro de 2013. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

206763893

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 2619/2013

Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público constituída, para o preenchimento de 257 postos de trabalho da carreira especial de enfermagem do Mapa de Pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por deliberação do conselho diretivo deste Instituto, de 25 de janeiro de 2013, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicitação no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de 257 postos de trabalho para a carreira de enfermagem, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para os Agrupamento dos Centros de Saúde, Centros de Respostas Integradas e outras Unidades.

1 — Identificação e caracterização do posto de trabalho e atividades a cumprir

O conteúdo funcional da categoria de enfermeiro é inerente às respetivas qualificações e competências em enfermagem, compreendendo plena autonomia técnico-científica, conforme previsto no n.º 1 do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

2 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., segundo a distribuição que se identifica:

Agrupamentos de centros de saúde	Vagas
Lisboa Norte	8
Lisboa Central	20
Lisboa Ocidental e Oeiras	5
Cascais	5
Amadora	18
Sintra	25
Loures — Odivelas	48
Estuário do Tejo	17
Almada — Seixal	18
Arco Ribeirinho	13
Arrábida	20
Oeste Norte	10
Oeste Sul	10
Médio Tejo	16
Lezíria	12

Centros de respostas integradas e outras unidades	Vagas
CRI Lisboa Oriental	1
CRI Lisboa Ocidental	2
CRI Península Setúbal	2
CRI Ribatejo	1
CRI Oeste	2

Centros de respostas integradas e outras unidades	Vagas
UD — Centro das Taipas	2
Unidade de Alcoologia	2

3 — Legislação aplicável

O presente concurso rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 64-B/2012 de 31 de dezembro; pelo Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro; e pelo Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de novembro.

4 — Âmbito de recrutamento

4.1 — Podem ser opositores ao presente concurso, todos os enfermeiros com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, determinado ou determinável, previamente estabelecida, ainda que colocados na situação de mobilidade especial.

4.2 — Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e na sequência do parecer favorável do membro do Governo responsável pelas Finanças e pela Administração Pública, expresso através do despacho n.º 2921/2012/SEAP, de 24 de agosto, do Secretário de Estado da Administração Pública, que autorizou a contratação de 750 (setecentos e cinquenta) trabalhadores, tendo em vista a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, podem ser admitidos ao presente concurso candidatos sem prévia relação jurídica de emprego público constituída.

5 — Requisitos de admissão

5.1 — São requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceções pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

5.2 — É requisito especial de admissão a posse de Cédula Profissional, emitida pela Ordem dos Enfermeiros.

5.3 — A apresentação dos documentos comprovativos das situações previstas no ponto 5.1 do presente aviso é dispensada nesta fase, desde que, o candidato declare no requerimento de admissão ao concurso, em alíneas separadas e sobre compromisso de honra, a situação prevista em que se encontra em cada um dos requisitos.

5.4 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, idênticos aos que são objeto do presente procedimento.

6 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso (257), e para os que, precedido, e parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos serviços abrangidos pela ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., no prazo de um ano, contado da data da publicação do aviso de abertura.

7 — Formalização das candidaturas

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento do formulário tipo, disponibilizado em www.arslvt.min-saude.pt com indicação do posto de trabalho a que se candidata, e entregues em papel, de acordo com Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de novembro. Devem ser entregues na ARSLVT, I. P., sita na Avenida Estados Unidos da América, 75, 2.º piso, 1749-096 Lisboa, no horário de expediente compreendido entre as 09:00 horas e as 17:00 horas, ou através de correio registado com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, para a mesma morada, anteriormente mencionada.

7.2 — A apresentação do formulário de candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

- Cópia dos documentos de identificação (Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão; NIF)
- Currículo profissional detalhado em formato europasse (que será disponibilizado no site da ARS), devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida, até ao limite de 5 (cinco) páginas;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e ações de formação com indicação das entidades promotoras e respetiva duração;

7.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

8 — Composição e identificação do júri

O júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Mário Rui Vilela Vicente, enfermeiro chefe, em funções no ACES de Cascais;

1.ª vogal efetiva: Maria Teresa Videira Antunes, enfermeira chefe, em funções no ACES Lisboa Norte;

2.ª vogal efetivo: Paulo Jorge Marques Victorino, enfermeiro, em funções no ACES de Sintra;

1.ª vogal suplente: Fátima João Martins Pereira, enfermeira chefe, em funções na Sede da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

2.ª vogal suplente: Rogério Paulo Antunes Borges Dinis, enfermeiro, em funções no ACES Lisboa Central.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pela 1.ª vogal efetiva.

9 — Método de seleção

9.1 — O método de seleção aplicável é a avaliação curricular, nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de dezembro, em conjugação com o n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

A avaliação curricular visa avaliar a qualificação profissional dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e outros elementos considerados relevantes.

9.2 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, resultante da média ponderada pela aplicação da fórmula seguinte, baseada na grelha em anexo, e consta em ata de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

$$CF = \frac{(2 \times HA) + (4 \times NCE) + (7 \times EP) + (3 \times FP) + (3 \times OECR) + (1 \times AC)}{20}$$

em que:

- CF — Classificação Final;
 HA — Habilitações Académicas;
 NCE — Nota Final obtida no Curso Superior de Enfermagem ou equivalente legal;
 EP — Experiência Profissional;
 FP — Formação Profissional;
 OECR — Outros Elementos Considerados Relevantes;
 AC — Apresentação Curricular.

9.3 — A classificação final será a resultante da aplicação do método de seleção, com uma escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

9.4 — As listas dos candidatos admitidos ou excluídos e de classificação final serão publicitadas na 2.ª série do *Diário da República*.

6 de janeiro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

Grelha de avaliação curricular

Critérios a classificar	Valor	Pontuação máxima	Classificação	
			Ponderação	Pontuação atribuída
1 — Habilitações Académicas (HA) 1.1 — Grau de Mestre em Enfermagem ou equivalente legal 1.2 — Grau de Licenciado em Enfermagem ou equivalente legal 1.3 — Grau de Bacharel em Enfermagem ou equivalente legal	20 18 16	20	2	Total:
2 — Nota Final obtida no Curso Superior de Enfermagem ou equivalente legal (NCE)			4	Total:
3 — Experiência Profissional (EP)* 3.1 — Experiência Profissional noutras Instituições (Por cada 6 meses 0,5 até 5 valores) 3.2 — Experiência Profissional em Cuidados de Saúde Primários e ou na área das dependências: > 0 ≤ 6 meses — 10 valores > 6 meses ≤ 12 meses — 11 valores > 12 meses ≤ 18 meses — 12 valores > 18 meses ≤ 24 meses — 13 valores > 24 meses ≤ 30 meses — 14 valores > 30 meses — 15 valores	5 15	20	7	Total:
4 — Formação Profissional (FP) 4.1 — Participação como Formador ≤ 7h — 2 valores > 7h ≤ 14h — 4 valores > 14h ≤ 21h — 6 valores > 21h ≤ 28h — 8 valores > 28h — 10 valores (até ao limite máximo de 10 valores) 4.2 — Participação como Formando ≤ 7h — 2 valores > 7h ≤ 14h — 4 valores > 14h ≤ 21h — 6 valores > 21h ≤ 28h — 8 valores > 28h — 10 valores (até ao limite máximo de 10 valores)	10 10	20	3	Total:
5 — Outros Elementos Considerados Relevantes (OECR) 5.1 — Orientar, supervisionar e avaliar alunos de enfermagem em ensinos clínicos — 1 ponto por cada ensino clínico (até ao limite 6 pontos); 5.2 — Integrar novos elementos na unidade de saúde — 1 ponto por cada (até ao limite 5 pontos); 5.3 — Participação em comissões/grupos de trabalho/júri de concurso — 1 ponto por cada (até ao limite 3 pontos); 5.4 — Coordenar equipas de enfermagem na prestação de cuidados — 1 ponto por equipa (até ao limite de 3 pontos); 5.5 — Ter realizado trabalhos científicos no âmbito de enfermagem — 1 ponto (até ao limite 3 pontos).		20	3	Total:
6 — Apresentação Curricular (AC) 6.1 — Forma: Elaborado a 1,5 espaços, com letra 11/12 e até ao limite de 5 páginas (Penalização de 1 valor, por cada página a mais, se item não cumprido) 6.2 — Projeto Profissional Projeto Profissional — Na área a que se candidata — 11 valores Pertinência do projeto — 4 valores	5 15	20	1	Total:

* Aos Enfermeiros com experiência e a praticar horários parciais será atribuída a classificação resultante de uma proporção de acordo com o número de horas semanais realizadas.